

OS REPASSES DO PODER: CORONELISMO, GESTÃO PÚBLICA E POLÍTICA NO AMAZONAS (2002-2022)

**Power transfers:
Coronelism, public management and politics in Amazonas (2002-2022)**

Gilson Pinto Gil¹

Resumo

O artigo efetua uma análise da política no Amazonas, no século XXI, a partir do conceito de coronelismo, conforme delimitado por Vitor Nunes Leal. A ênfase dinâmica e relacional do conceito é acentuada, pois ele difere do mandonismo local dos prefeitos do interior, dependentes dos poderes estadual e federal. A reciprocidade entre o controle eleitoral efetuado pelos prefeitos e sua dependência dos recursos oriundos de outros entes configura essa relação. A carência das cidades, aliada ao isolamento geográfico e à história da colonização da região, favorece o exercício do poder local. Porém, a ausência de recursos próprios torna esses prefeitos dependentes do governador e do presidente, atualizando noções como a de coronelismo e personalismo como formas vigentes de poder nessa região. Toda uma rede de compromissos, envolvendo deputados, senadores, vereadores e prefeitos percorre o interior amazonense, configurando uma forma singular de gestão pública e política. O acesso às autoridades torna-se um dispositivo de poder regional, que desenha as relações sociais cotidianas e políticas do Amazonas.

Palavras-chave: Coronelismo; Política; Gestão pública.

Abstract

The article analyzes the politics in Amazonas, in the 21st century, taking the concept of "colonelism", as defined by Vitor Nunes Leal. The dynamic and relational emphasis of the concept is accentuated, as it differs from the local bossiness of mayors in towns and cities, dependent on state and federal powers. The reciprocity between electoral control carried out by mayors and their dependence on resources from other entities configures this relationship. Revenue shortfall in towns and cities, combined with the isolation and the region's history of colonization, favors the exercise of local power. However, budget deficits make these mayors dependent on state and federal governments, bringing notions such as "colonelism" and personalism back to life as current forms of power in this region. A whole network of compromises involving deputies, senators, councilors and mayors spreads through towns and cities of Amazonas state, configuring a unique form of public and political management. Access to authorities becomes a device for regional power, which shapes the daily social and political relations of Amazonas.

Keywords: Colonelism; Policy; Public Management.

Introdução

Em fevereiro de 2020, o ex-prefeito Adail Pinheiro desembarcou em Coari, cidade do interior amazonense, quarta no PIB estadual, em clima de

festa. Recepcionado como “o prefeito eterno”, foi ovacionado e recebido em caravana por seus admiradores. Ressalte-se que ele fora condenado e preso por comandar uma cadeia de prostituição infantil, fato amplamente divulgado na mídia nacional.² Para tornar mais intensa a situação, vale a pena dizer que o prefeito de então é seu filho, Adail Filho, e a deputada estadual mais votada, sua filha, Mayara Pinheiro. Os cabos eleitorais estavam lá, assim como os servidores do município e demais favorecidos pela gestão local. E este não é um fenômeno localizado. Não importam as acusações ou punições – o poder e o prestígio desses clãs familiares se mantêm por longo tempo, tanto nessa cidade como em várias outras do interior amazonense.

Para iniciar a compreensão de tal situação, é bom explicar que o Amazonas vive uma situação particular em sua estruturação econômica: a capital, Manaus, concentra cerca de 80% da riqueza estadual. Se olharmos apenas sua região metropolitana, esta possui mais de 90% da renda do estado.³ Após o Distrito Federal, é a maior concentração metropolitana nacional. Os municípios do interior, contudo, são pobres e quase sem opções de emprego e renda. Dependem totalmente de Manaus e de Brasília para poder existir. Vivem dos repasses estaduais e federais e, ocasionalmente, das emendas da bancada federal, com localizadas exceções, como Coari, com seu gás natural, e Itacoatiara, com seu terminal graneleiro. Duas das dez piores cidades do país em IDH, ficam no Amazonas – Atalaia do Norte e Itamaraty.⁴ Também podemos citar, por exemplo, que as duas cidades com menor número de inscrições para o programa “Mais Médicos” são amazonenses – Jutai e Juruá.⁵ São cidades que ficam a mais de 600 km de Manaus, acessíveis apenas por barcos regionais ou aviões de pequeno porte. Mais de 90% de sua economia é composta de repasses federais e estaduais. Esse quase isolamento é agravado pela penúria extrema e pela ausência de opções

¹ Professor associado da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: gilsonpgil@ufam.edu.br

² <https://para.deamazonia.com.br/?q=278-conteudo-169711-prefeito-de-coari-comemora-aniversario-com-carreata-para-receber-adail-pai>. Notícia de 15/10/2020.

³ <https://d24am.com/noticias/manaus-concentra-938-da-riqueza-produzida-na-regiao-metropolitana/>. Notícia de 18/4/2015.

⁴ <https://oglobo.globo.com/brasil/nas-cidades-com-10-piores-idhs-corrupcao-descaso-19823053>. Notícia de 1/8/2016. Fonte IDMH 2013, com base no censo 2010.

⁵ <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2018/12/10/jutai-e-juruá-as-remotas-cidades-do-amazonas-que-quase-nao-atrairam-inscricoes-no-mais-medicos.ghtml>. Notícia de 10/12/2018.

econômicas e de infraestrutura energética ou de logística. Segundo o índice Firjan de Desenvolvimento Municipal/2015, a penúltima cidade do Brasil era Barcelos, no Amazonas, com 0,3433 pontos.⁶ No ano seguinte, 2016, a situação piorou, pois três municípios – Beruri, Ipixuna e Tapauá – obtiveram nota menor – 0,3214.⁷

É nesse cenário de isolamento e pobreza que se inscreve a vida política amazonense. Nesse contexto, eleições são realizadas regularmente, com diversos candidatos se apresentando ao eleitor e distribuídos por partidos de todos os espectros, em um projeto cada vez mais consolidado de “poliarquia” (DAHL, 2015). Grupos dominantes e opositoristas se formam nessas cidades, competindo arduamente pelo poder. Pelas condições especiais da geografia e da economia amazonense e de seu “campo político” (BOURDIEU, 2011), contudo, essa poliarquia “responsiva e democrática” (DAHL, 2015, p. 250) na maioria das vezes enfrenta enormes obstáculos. É sobre isso que iremos falar daqui para frente.

Para introduzir a problemática, podemos ressaltar que a maior parte dos empregos no interior são das prefeituras, assim como são elas que investem em obras nos municípios, através dos repasses e emendas que recebem. Tais prefeitos acabam exercendo um mandonismo (QUEIROZ, 1976) dentro de seus limites territoriais. Muitos deles enriquecem repentinamente, passam a morar na capital e mantêm suas bases através de donativos, acordos, compromissos e presentes. Estabelecem um relacionamento personalista de reciprocidade hierárquica (MAUSS, 2003) com grande parte do eleitorado, que lhes permite manter o domínio local e impedir que contestações surjam. É comum, em períodos eleitorais, que, abertamente na mídia se pense em quanto “custa o apoio de um prefeito” a um candidato ao executivo.⁸

Contudo, voltando ao contexto territorial amazonense, é preciso citar que, além do isolamento, muitas dessas cidades possuem um núcleo urbano que é apenas uma pequena sede, cujo número de habitantes é minoritário. A

⁶ <https://exame.com/brasil/as-cidades-menos-desenvolvidas-do-brasil-segundo-a-firjan/>. Notícia de 10/12/2016.

⁷ <https://www.firjan.com.br/ifdm/>

⁸ <https://portalunico.com/qual-o-preco-de-um-prefeito-do-interior-do-amazonas-numa-eleicao/> Notícia de 23/04/2022.

maior parte da população se estende por infindáveis comunidades ribeirinhas, cujo acesso, quando possível, é apenas por barcos regionais. Uma cidade como Careiro, por exemplo, que é próxima da capital, em termos amazônicos (86 km em linha reta), possui cerca de 70% da população em comunidades.⁹ São localidades ocultas e de acesso quase inviável. Somente os prefeitos e vereadores da região conhecem os caminhos e conseguem alcançar essa população dispersa. São fatores que aumentam o isolamento físico e social, fortalecendo o poderio desses líderes locais, detentores do saber político regional e que sabem como lidar com tais pessoas e suas demandas. Candidatos a governador, senador e presidente não se aventuram nessas localidades. Dependem totalmente dos acordos e alianças com vereadores e prefeitos, daí a importância de os governadores filiarem o maior número possível de prefeitos e vereadores e mantê-los dentro de seu grupo político.¹⁰

Assim sendo, permanece a questão: com todos esses problemas, como vivem (ou sobrevivem) essas cidades? Principalmente, pelos repasses estaduais e federais. Somente em 2018 e 2019, foram quase 14 bilhões de reais em repasses para esses municípios.¹¹ E ainda temos que considerar os convênios, especialmente com o governo estadual, que ultrapassam em muito o orçamento anual de tais prefeituras. É assim (com repasses, convênios e emendas) que elas sobrevivem e conseguem executar suas políticas públicas básicas. Por isso, cremos ser apropriado discutir o uso do conceito de coronelismo, com todos os seus matizes e mediações, para entender a realidade política local – o que irá ser trabalhado, a partir de agora. Assim, nosso argumento ao longo do artigo é que o conceito de coronelismo, como descrito por Vitor Nunes Leal (1975), pode ser elucidativo de determinados aspectos da realidade amazonense, aliado a outros como reciprocidade, clientelismo e patrimonialismo, sendo mais explicativo do que o de mandonismo, como iremos explicar mais adiante.

⁹ <https://noticias.uol.com.br/censo-2010/populacao-urbana-e-rural/am>.

¹⁰ <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/governador-do-amazonas-filia-prefeitos-ao-uniao-brasil/>

¹¹ <https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/repasses-para-municipios-do-am-cresceram-10-9-em-2019>

Apenas uma observação sobre algumas escolhas metodológicas. Primeiramente, efetuamos um recorte temporal entre os anos de 2002 e 2022. A introdução da urna eletrônica em 1998, a formulação da lei 8.666, que disciplinou os processos licitatórios, nos anos 90, impondo pesadas punições aos que a burlassem, e o aumento dos controles legais sobre a campanha mudaram a feição do processo eleitoral, restringindo certas práticas, como a compra de votos, as entregas diretas de produtos e serviços ou a distribuição de brindes e vantagens aos eleitores, e mudaram a forma de se fazer política e eleições no século XXI. Na outra ponta, em 2018, apesar da continuidade da oligarquia dominante ter sido desfeita – e poderíamos dizer que se tratava de uma “eleição disruptiva”, como assim o fora em plano nacional (CORBELLINI; MOURA, 2019) –, os novos governantes mantiveram o padrão de dominação (repasses e compromissos), demonstrando a força da continuidade desse tipo de relação política. Analisar o campo político-eleitoral de antes de 2002, quando a legislação era diferente, merece um estudo posterior. Por isso, o marco temporal básico da análise ficou entre esses anos delimitados, a fim de manter certa uniformidade na realidade analisada.

Coronelismo, um sistema de reciprocidades

Para analisar essa realidade, vamos retomar a obra de Vitor Nunes Leal, publicada em 1949, *Coronelismo, enxada e voto*. O ponto essencial é ressaltar o caráter sistêmico e dinâmico do coronelismo, que implicaria em uma reciprocidade comprometida entre os coronéis do interior e os poderes públicos organizados da república. Essa “relação de compromisso” (LEAL, 1975, p. 252) envolveria um poder privado decadente, o dos latifundiários, e um poder público organizado ascendente, as burocracias estadual e federal. Os coronéis atuariam no governo local, exercendo seu poder de mando. O isolamento e a pobreza desses locais seriam fatores centrais para a consolidação de seu poderio. Dominariam grandes massas de protegidos, um “rebanho eleitoral” (p. 253) que atuaria sob suas ordens. Contudo, esses coronéis dependeriam, cada vez mais, na República Velha, do poder público fortalecido. A decadência de seu poder rural os tornaria mais dependentes

do poder central burocraticamente ordenado e economicamente crescente. A nova paisagem das cidades e das indústrias iria enfraquecer seu poder, sem falar na consolidação burocrática do Estado brasileiro, cada vez menos dependente desses mandões municipais. Entre 1880 e 1930, a “sociedade brasileira dinamizou-se muito” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 325), com surtos de urbanização e industrialização, além do crescimento demográfico incessante. A “fraqueza financeira dos municípios” (LEAL, 1975, p. 45), nesse cenário de mudanças sociais e econômicas nacionais, seria um fator central para a construção do coronelismo. Nessa relação de mútua dependência, “um compromisso, uma troca de proveitos”, se estabeleceu (p. 20).

Os coronéis davam votos e apoio aos governadores e presidentes. Em troca, suas propriedades e poder local eram mantidos. Essa extensa “máquina eleitoral” formada pelos coronéis se apoiava no “voto de cabresto” (LEAL, 1975, p. 25), moeda de troca no relacionamento com os poderosos de expressão nacional. A tese maior de Vitor Nunes apontava para o fato de que a liderança política do coronel nos municípios seria “a parte mais aparente de fenômeno mais complexo, apenas uma parte do coronelismo e sequer a mais forte” (BOTELHO, 2019, p. 43). Era um complexo sistema político e social, em que os coronéis, afetados economicamente pelo mercado externo e pelas mudanças no Brasil republicano, precisavam do “apoio político do Estado, que por sua vez os ajudava a manter seu poder social e os subjugava” (CARVALHO, 1980, p. 7).

Esse caráter sistêmico, que envolve todo um complexo jogo de trocas e compromissos nada estável, repleto de “dissidências internas”, como atuais pesquisas assinalam (VISCARDI, 2016), englobaria desde o coronel até o presidente da república em uma “complexa rede de relações [...] envolvendo compromissos recíprocos” (CARVALHO, 1999, p. 130).

Assim sendo, destaquemos, inclusive para a análise do caso do Amazonas, que o coronelismo não equivale ao mandonismo. Segundo a argumentação de José Murilo de Carvalho, o coronelismo seria um “sistema político nacional” (1999, p. 131), baseado na troca de compromissos e apoios. Apropriado à República Velha, “seria datado historicamente”, em sua

visão (p. 130). Por outro lado, o mandonismo seria uma “característica da política tradicional [...] que sobrevive ainda hoje em regiões isoladas” (p. 132). O mandonismo se refere ao “mandão”, àquele que “em função do controle de algum recurso estratégico [...] exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário” (p. 133).

Maria Isaura Pereira de Queiroz, em clássica análise, apontava como o mandonismo se exercia na Primeira República através da “autoridade dominante do coronel, que se impunha geralmente pela violência” (QUEIROZ, 1976, p. 120). Esse “chefe municipal” agia como “um caudilhete” (p. 121). Essa “base municipal” teria sido a origem da “política dos governadores”, que somente transportou para o espaço federal aquilo que já havia na política municipal, a luta entre coronéis e a busca da estabilidade pela preservação dos “interesses particulares e das lutas municipais” (p. 123).

Dessa forma, aproveitando essa distinção conceitual, assinalamos que este estudo compreende o coronelismo de forma distinta do simples mandonismo. Certamente o prefeito do interior é um “mandão local”. Entretanto, o coronel típico é agente de um sistema maior, que engloba diversos atores e esferas. Ele está imerso em uma “pirâmide de compromissos recíprocos” (JANOTTI, 1992, p. 11). Desde o eleitor, constrangido pelos capangas do coronel, até o presidente da república, dependente do apoio dos municípios, todos esses atores, passando pelo governador e as oligarquias estaduais, estariam dentro desse sistema.

Nosso argumento sobre o sistema de reciprocidades do coronelismo assinala que, entretanto, dificilmente se poderia falar de “seu desaparecimento” (JANOTTI, 1992, p. 8). Apesar da busca de alguns estudiosos por limitar o conceito a um período histórico, a Primeira República, no sentido de tornar “mais útil delimitar o conceito no sentido de restringir-se a um momento” (CARVALHO, 2013), acreditamos ser interessante extrapolar seu alcance. Ao mesmo tempo que se argumenta sobre sua limitação temporal, destacamos, por outro lado, haver autores que gostam do conceito e buscam usá-lo em outras realidades, linha de

raciocínio que seguiremos aqui, utilizando-o para falar do Amazonas no século XXI.

É bom citar, neste caso, por exemplo, a ideia de “neocoronelismo”, que pode gerar interessantes pesquisas e incorporar perspectivas novas de análise. Apesar de enfatizar o caráter de compromisso do coronelismo clássico, do pacto entre os “coronéis” e o “governo central” (REIS, 1971, p. 3), Fábio Reis, nos anos 70, apontava como a estrutura “clientelista e coronelista seguiu sendo importante” nas grandes cidades da América Latina (p. 4). Assim sendo, ele cunhou a expressão “neocoronelismo urbano” (p. 13) para definir essa nova realidade, na qual “lideranças clientelistas” (p. 17) exerceriam forte influência sobre grandes parcelas da população urbana recém-oriunda de áreas rurais, extrapolando o conceito para outras realidades, como aqui é nossa proposta.

Nesse sentido, é bom resgatar o próprio Vitor Nunes Leal. Em 1980, em palestra publicada na Revista Dados, ele fala de sua obra sobre o coronelismo, enfatizando que falava de um “sistema, uma estrutura”, que o coronel era “parte de um sistema” cujas relações de poder se desenvolviam “a partir do município” (LEAL, 1980, p. 13). Ele acentuava como o coronelismo era sinal de uma fraqueza do senhorio rural, que precisava do apoio do poder central para manter sua “violência e redistribuição de benefícios [...] na disputa pelo poder local” (p. 13). Todavia, destacava como o regime militar criava um “novo tipo de compromisso [...] entre o governo federal e os chefes políticos locais” (p. 14). Seria um “reforço ao coronelismo” representado pelo compromisso “entre o presidente da república e os municípios” (p. 14). Ele conclui dizendo que seria um novo aspecto a “examinar no coronelismo” (p. 14), revitalizando o conceito e atualizando suas potencialidades explicativas.

É relevante demarcar como a argumentação sobre esse caráter de um “sistema de compromissos” coronelístico se aprofunda ao mencionarmos as ideias já citadas de Marcel Mauss sobre a dádiva. A obrigação de dar e retribuir certos presentes e gentilezas, verificada na relação dos coronéis com seus capangas, com os cabos eleitorais, com os apadrinhados e com os governadores e presidentes, certamente pode ser aproximada daquele

“sistema de prestações totais” estudado por Mauss (2003, p. 183), aparentemente composto por “regalos e presentes”, mas, no fundo “obrigatórios [...] sob a pena de guerra privada” (p. 191). O coronelismo, assim, constituiria a base desse sistema político de prestações totais. O mandão local mantinha os apadrinhados sob seu manto, em especial pelo voto de cabresto, dominando sua região, sua localidade. Em troca, recebia benefícios do poder central, como juízes e policiais servis. Se o coronel manda em sua região nas “pequenas questões, é obediente ao governo nas grandes questões” (TREVISAN, 2001, p. 27). Daí, retornando a Mauss, ressaltamos a relevância da ideia de “prestação total”, pois ela implica a obrigação de retribuir, mas também a “obrigação de dar e na de receber” (2003, p. 201). Por isso, deve-se pensar o “pacto coronelista” em termos maiores, como um “amplo processo de negociação entre as facções políticas locais e a oligarquia estadual” (MATTOS, 2012, p. 106), a fim de superar a análise centrada na violência local.

Antes de retornar ao caso do Amazonas, é válido também mencionar o papel das clientelas e do controle das pessoas nesse processo. O poder dos coronéis da Primeira República era baseado no controle sobre grandes massas de colonos e homens livres que havia em sua região. Esse domínio, que se costuma chamar de “clientelista”, baseava-se na condição de dependência dessas grandes massas de miseráveis em relação às oligarquias dominantes nas pequenas localidades. Era claro que o coronel era o detentor do poder de distribuir as benesses. Era necessário que o “*patronus* fosse visto como detentor do monopólio da distribuição de oportunidades” (BAHIA, 2003, p. 273). Nesse sentido, acentuamos como essas relações clientelistas eram “assimétricas e [...] pessoais” (p. 275), sendo pouco, ou quase nada, igualitárias ou democráticas.

Essas clientelas, usando a análise de Telarolli (1977, p. 159), podiam ser compostas de várias camadas, tais como “os agentes da ordem [...] os aliados, que hierarquicamente se colocavam logo abaixo do chefe político [...] e um numeroso grupo, dependente do chefe político no mais estreito grau [...], os quais cumpriam as tarefas de capangagem”. Da mesma forma, para que não se pense que esse processo de obrigações recíprocas se concretizava

de maneira pacífica, é interessante também resgatar a análise de Maria Sylvia de Carvalho Franco sobre os homens livres. Apesar do uso de instituições como o compadrio, a fim de suavizar as relações pessoais e fortalecer os laços de fidelidade, ela assinala como uma complexa rede de dominações se estabelecia em seu interior. De forma clara, “o compadrio já se apresenta como um patrocínio do superior e uma decorrente submissão do inferior” (FRANCO, 1997, p. 85).

Sua análise é essencial para se verificar como a política e a economia construíram, no Brasil, uma teia de reciprocidades e dependências assimétricas, entre latifundiários, pequenos fazendeiros, colonos e homens livres. O poder político se encontrava no entrecruzamento da dependência com a fidelidade, de tal forma que a “adesão em troca dos benefícios recebidos é tão automática” (FRANCO, 1997, p. 87), que nem se cogitaria em pensar diferente. Essa relação complexa seria, sem dúvida, uma forma de dominação pessoal, capaz de criar “uma criatura domesticada” em que “proteção e benevolência lhe são concedidas em troca de fidelidade e serviços reflexos [...] que se fecha no conformismo” (p. 95). Isso tudo resultaria em uma confusão completa entre o público e o privado no Brasil, no qual há “uma demarcação pouco nítida entre as atividades públicas e privadas [...] com toda sorte de favoritismo à parentela e às amizades” (p. 137).

Concluimos este bloco destacando como a construção de uma vasta parentela, desde dependentes econômicos até capangas e servidores públicos, era a forma do poder coronelístico se manter. Podemos afirmar, com Maria Isaura de Queiroz (1976, p. 179), que um “grande coronel era também o chefe de uma extensa parentela”. O controle dos votos rurais era essencial na Primeira República e o coronel era o encarregado imediato disso. Seu poderio local possuía bases econômicas, mas o poder político e o domínio clientelístico das parentelas seriam fundamentais na manutenção dessa estrutura. Como ressalta a autora, a “liderança coronelística” era também uma “liderança política”, uma “liderança econômica” e uma “liderança de parentelas” (p. 199).

Nessa mistura de domínio cordial e violento, controle eleitoral (voto de cabresto, currais, degola, verificação e fraudes eleitorais), reciprocidades e

assimetrias, construiu-se o coronelismo brasileiro na Primeira República. Ele foi um fator vital na construção do sistema oligárquico nacional republicano, que só sofreria mudanças depois de 1930. Base da “política dos governadores”, que teria “inventado” a república, “rotinizando-a” (LESSA, 1988), o coronelismo, podemos dizer, estruturou a estabilidade política republicana na base de “muita troca, empréstimo, favoritismo, negociações e repressão” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 322).

Coronelismo amazônico

Antes de falarmos sobre o século XXI e a atualização do conceito de coronelismo em nossos tempos, é bom mencionarmos que essa ideia não é estranha à história amazônica. Em plena era dos seringais, no auge do ciclo da borracha (1890-1920), exatamente na Primeira República, um dos atores centrais da economia amazônica era justamente o “coronel de barranco”. Ele era o dono dos seringais onde se realizava o extrativismo. Era o senhor daquelas terras e poderia ser enquadrado como o “mandão” local, sem problemas. Dominava as estradas por onde escoava a seringa à força, exercendo seu poder por uma complexa junção de compadrio e violência. Era um “negociante que tirava proveito dos fregueses [...] mas cuja atuação mais comum era encerrar as famílias nos seringais pelas dívidas contraídas” (SILVA, 2017, p. 55).

Ele dominava os seringais isolados, sendo peça essencial desse mecanismo que inseria o Amazonas no capitalismo internacional. Controlava seus agregados pelo terror, especialmente através do controle das contas e das dívidas de seus trabalhadores. Era na hora de se fazer as contas que se verificava o “escravagismo do seringueiro: deve e há de dever” (ARAÚJO, 2003, p. 240). O mesmo autor ilustra esse domínio do coronel de barranco exclamando que ele era o típico homem do interior, “o chefe político, uma figura que sempre imprime um certo rigor e um meio pavor [...]. A psicologia de um coronel é sempre um tanto arbitrária” (p. 240).

Por seu isolamento geográfico, o seringal funcionava como uma comunidade. Possuía suas leis e costumes. O coronel de barranco organizava a economia, comandava a distribuição de funções nessa

comunidade e, acima de tudo, distribuía justiça, apoiava políticos e punia criminosos. Por seu poder e pelas patentes oriundas da época da Guarda Nacional, o povo os chamava de coronéis de barranco em toda a Amazônia. Assumiam “muitas obrigações que transcendiam a essas funções primárias de sobrevivência e organização” (BENCHIMOL, 1999, p. 143). Dominavam os rios por onde a borracha transitava, sendo “donos de seringais, castanhais, fazendas e propriedades rurais” (p. 144). Por seu poder e prestígio eram muito influentes nas eleições da Primeira República. Os prefeitos e governadores amazonenses buscavam seu apoio, pois agregavam centenas de eleitores, que votavam em quem eles indicavam, seja pelo laço de fidelidade ou pelo temor dos capangas. Alguns chegaram a se eleger deputados e governadores, sendo os “mais famosos os coronéis José Negreiros Ferreira e Francisco Areal Souto” (p. 144).

Nesse modelo exploratório, repleto de personagens como “o caboclo, o patrão, o regatão, o comerciante local e a empresa importadora no exterior” (FONSECA, 2004, p. 18), destacava-se o coronel de barranco, o grande senhor dos seringais e base do poder político estadual. Poder esse que se baseava no “terror e nos maus tratos impostos aos seringueiros, sejam eles indígenas ou nordestinos, mulheres ou crianças” (SILVA, 2017, p. 56). Vale ressaltar que esse caráter quase lendário do coronel de barranco chegou à literatura amazônica, especialmente com a obra “Coronel de barranco” (LIMA, 2019), de Cláudio Araújo Lima, de 1970. Essa obra consolidou a ideia do coronel amazônico como um homem “bronco”, “macho”, que controlava com rudeza e objetividade o seringal. Essa obra consolida a imagem dos coronéis como “homens que demonstravam ostensivamente seu prestígio e riqueza fumando charutos cubanos, acendendo notas de quinhentos mil-réis, usando anéis com diamantes de muitos quilates no dedo” (MENDES; QUEIRÓS, 2012, p. 85).

Este bloco pode ser concluído com a ideia de que o coronelismo não seria uma novidade na realidade amazônica. Elementos como a violência pessoal, a formação de clientelas locais, o domínio sobre as autoridades municipais (juízes e policiais), os acordos com os políticos estaduais e federais, a dependência da economia externa, o controle sobre o processo

eleitoral municipal e o mandonismo aterrador, comuns a toda a historiografia sobre o tema (PINTO, 2017), estavam presentes – uns mais, outros menos – no cenário amazonense. O problema que iremos investigar adiante é a existência, ou não, de alguns traços dessa realidade social e política do início do século XX em pleno século XXI, era da ciência, do Polo Industrial de Manaus, da inteligência artificial e das modernas poliarquias.

Coronelismo contemporâneo: o caso do Amazonas

Se o auge do coronelismo foi na Primeira República, quando o poder rural dos latifundiários decrescia e o poderio dos estados e da União aumentava, podemos dizer que ele continua um conceito útil e capaz de tornar compreensíveis diversas realidades atuais, em especial o Amazonas contemporâneo.

Antes de tudo, interessa-nos esse assimétrico “sistema de reciprocidades” do coronelismo, que o faz superar o simples mandonismo. É “de um lado, o chefe municipal e os coronéis, que conduzem os eleitores como quem conduz uma tropa de burros; de outro lado, a situação dominante no Estado” (FAORO, 2001, p. 750). O aparente poder do coronel faz com que as atenções fiquem centradas nele, acentua esse autor, deixando de lado sua subordinação ao governador, real dono “do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder das desgraças” (p. 751).

Como dissemos anteriormente, hoje Manaus concentra a riqueza do Amazonas de maneira espantosa, fruto do projeto da Zona Franca, oriundo dos anos sessenta, que nunca foi concluído na sua integralidade e tornou-se um modelo concentrador e de enclave (FONSECA, 2011). Aproximadamente 95% do PIB do setor industrial está na capital, assim como 75% do setor de serviços e 94% da arrecadação de impostos.¹² Enquanto o PIB *per capita* brasileiro, em 2019, ficou em R\$ 34.533,00,¹³ no Amazonas, a situação é

¹² <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/12/13/mais-de-50-municipios-do-am-registraram-crescimento-no-pib.ghtml>

¹³ <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/03/04/pib-per-capita-fica-em-r-34533-em-2019-e-cresce-03-ante-2018-diz-ibge.htm>

bem distinta. Em 2017, segundo o IBGE, ele ficou em R\$ 22.936,00.¹⁴ Porém, esses dados ocultam uma realidade mais complexa. Voltando ao PIB *per capita*, segundo o IBGE, em 2017, Manaus alcançou a marca de R\$ 34.362,71, quase na média nacional.¹⁵ O problema é que as cidades do interior estão muito atrás. Um município como Caapiranga, na calha do Solimões, possui um PIB per capita de R\$ 11.101,73. Eirunepé, na calha do Juruá, fica com apenas R\$ 12.431,91. Na mesma calha de rio, a cidade de Ipixuna possui um PIB per capita de apenas R\$ 4.942,15.¹⁶

Usando o ano de 2018 como referência, segundo o IBGE, Manaus tem uma participação de 82% do PIB estadual. Outros municípios, como Anamá (0,001%) e Maraã (0,0016%) possuem contribuições insignificantes. Mesmo uma cidade como Parintins, conhecida nacionalmente pelo turismo e seu festival folclórico, contribui somente com 0,011% do PIB estadual.

Essa mesma concentração econômica na capital podemos ver também no setor de energia. A geração bruta do estado é de 10.669.639 MWh. Todavia, Manaus contribui com 9.147.982 MWh, ou seja, cerca de 86% da geração estadual (AMAZONAS, 2018). Enquanto a demanda máxima estadual é de 1.785.740 MWh/h, a de Manaus é de 1.492.180 MWh/h, isto é, 84% do total. Isso mostra a deficiência do setor industrial no interior, e sua quase totalidade estar na capital. Os produtos regionais não agregam valor, deterioram-se rapidamente e não conseguem escoamento fácil, pelos problemas de logística.

Para piorar esse quadro de miséria, as distâncias e a ausência de infraestrutura turística e portuária atrapalham sensivelmente a circulação das pessoas. Viajar da capital para Envira, por exemplo, na calha do Juruá, pode durar até 16 horas, de avião, passando por Cruzeiro do Sul, no Acre.¹⁷ Mesmo uma cidade como Parintins, que possui um aeroporto operando normalmente e um festival de fama internacional, não possui um acesso tão

¹⁴ <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/12/13/mais-de-50-municipios-do-am-registraram-crescimento-no-pib.ghtml>

¹⁵ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama>

¹⁶ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/eirunepe/panorama>

¹⁷ <https://www.rome2rio.com/pt/map/Manaus/Envira>

simples, como o recente debate provocado pelo cantor Ivo Meirelles demonstrou.¹⁸

Outro ponto que permite vermos a fragilidade econômica das cidades do interior está na dependência das receitas externas. Segundo o IBGE, municípios como Guajará (96,6%), Barreirinha (95%), Anori (95,8%) ou Barcelos (94,9%), das mais variadas localizações, dependem na quase totalidade de repasses estaduais e federais.¹⁹ Os orçamentos não conseguem cobrir as despesas. Precisam dos repasses para cobrir áreas fundamentais, como saúde e educação.

É nesse momento que a ação da bancada no Congresso é fundamental. A perspectiva de sofrerem punições por estarem inadimplentes e não receberem verbas do FPM ou FUNDEB é mortal para suas finanças. Dos sessenta e dois municípios amazonenses, cinquenta e dois estavam nessa situação em 2019.

Emendas que possam viabilizar esses recursos são consideradas essenciais e servem para fortalecer o vínculo entre os prefeitos, empobrecidos e sem opções, e a bancada federal, formada, na maioria, por ex-governadores e virtuais postulantes ao governo.²⁰ Em 2016 e 2017, a bancada amazonense conseguiu cerca de 386 milhões de reais em emendas, sendo que 40% para Manaus e os outros 60%, para o interior.²¹ Em 2022, o valor dessas emendas subiu para quase meio bilhão de reais.²² É importante lembrar que a bancada local é, em sua maior parte, aliada do governador, além de ser composta de antigos governantes e pretensos candidatos a esse cargo.

Os prefeitos acabam ficando dependentes da forma como os governadores e parlamentares distribuem os recursos e agem por seus municípios. Mostrar que é um prefeito com acesso aos ministros e membros da bancada federal, além do governador, é sinal de prestígio. É uma forma de mostrar que tem força e capacidade de atrair os recursos federais tão

¹⁸ <https://www.portalmarcossantos.com.br/2022/03/20/ex-presidente-da-mangueira-se-assusta-e-protesta-por-precos-de-passagens-para-festival-de-parintins/>

¹⁹ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am>

²⁰ <http://aam.org.br/ultimas-noticias/1270-proposta-de-eduardo-derruba-regras-que-limitam-repasses-da-uniao-a-municipios-com-ate-50-mil-habitantes>

²¹ <http://www.portaltransparencia.gov.br/emendas?ano=2017>

²² <https://bncamazonas.com.br/poder/bancada-am-aprova-orcamento/>

desejados e necessários. Aqueles políticos das pequenas cidades que não possuem redes amplas e que não conseguem nem chegar ao governador, mostram incapacidade e dificuldade em atrair recursos, repasses e emendas. Perdem votos e popularidade e “difícilmente mostram-se competitivos” (BEZERRA, 2004, p. 201).

As obras nos municípios, nesse contexto, acabam sendo essenciais para a movimentação da economia regional nas calhas de rios. Um órgão auxiliar, que não é diretamente encarregado de obras, como a Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (CIAMA), que atua especificamente pelo interior, somente em 2013 e 2014 fez serviços de mais de 43 milhões de reais, em cidades como Tabatinga, Atalaia do Norte e Benjamin Constant.²³ Em 2018, ano eleitoral, o governo fez variadas licitações para obras no interior, em valores que eram,²⁴ às vezes, superiores ao orçamento das prefeituras. O prefeito que obtém tais obras mostra prestígio e, em troca, promete apoio ao governador em sua reeleição.

Após eleitos, é comum que os governadores façam reuniões com os prefeitos, mostrando seus planos e colhendo apoios. É essencial para os prefeitos participar de tais reuniões e mostrar que fazem parte do grupo governista, o que, geralmente, já vinham fazendo desde o período eleitoral. É uma prática antiga; porém, olhando apenas nosso recorte temporal, o século XXI, todos os governadores fizeram, nesse período, tais encontros. É o momento de agradecer a quem o apoiou, ver quem estará ao seu lado e distribuir as recompensas pela máquina.²⁵ Também é necessário destacar que a estabilidade política é algo que prefeitos e governo buscam. Os conflitos dentro desse sistema cruzado de apoios é algo que paralisa a máquina e obstrui as obras e os repasses. Em 2017, ano em que houve três governadores diferentes, mais de 200 obras ficaram paradas. Eram obras que somavam quase meio bilhão de reais e que seriam endereçadas ao

²³ <http://www.ciama.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/10/projetos-2013.pdf>

²⁴ <http://www.amazonas.am.gov.br/2018/01/cglam-realiza-licitacoes-para-obras-de-infraestrutura-na-capital-e-interior-do-estado/>

²⁵ <http://www.amazonas.am.gov.br/2018/04/governador-amazonino-mendes-reune-prefeitos-e-discute-melhorias-para-o-interior-do-amazonas/>

interior e que o governador tampão Amazonino Mendes retomou, conforme as demandas políticas.²⁶

É interessante ver como esse padrão governista faz da continuidade do grupo dominante sua grande marca. No século XXI, o Amazonas teve Amazonino Mendes como governador (1994-2002). Ele apoiou Eduardo Braga, que venceu (2003-2010). Eduardo saiu para o Senado e deixou seu vice, Omar Aziz, em março no governo. Omar se reelegeu e ficou até 2014, quando também foi para o Senado e deixou seu vice, José Melo, no cargo de governador. Melo se reelegeu, derrotando Eduardo, que quis voltar ao governo. Melo ficou até 2017, quando foi afastado, acusado de participar de ações ilícitas. Assumiu de forma interina o Presidente da Assembleia Davi Almeida, que fora eleito apoiando o grupo governista. Houve uma eleição para um mandato tampão, vencida por Amazonino Mendes (2017-2018), que disputou com Eduardo Braga, de novo, o pleito. Em 2018, Wilson Lima, ex-apresentador de tv, com o discurso do “novo” venceu Amazonino, que tentou a reeleição, mas perdeu. Não importa detalhar os partidos, pois os candidatos mudaram bastante ao longo dessa trajetória, indo desde o PDT até o Pros, passando por PMDB e PSD, por exemplo. O importante é ver como o mesmo grupo, com algumas dissidências, veio se revezando no poder, até 2018, com a eleição de um *outsider*. Porém, logo após assumir, o atual governo mostrou as mesmas práticas dos anteriores, no relacionamento com prefeitos e com as bancadas estadual e federal, demonstrando a força dessa sistemática de poder e distribuição de interesses.

Na sua prática, o governador, especialmente se ele estiver tentando a reeleição, como Omar Aziz (2010) e José Melo (2014), preocupa-se em fazer um grande número de prefeitos de seu partido. Omar (PSD) e Melo (Pros), apesar do poderio de outros partidos maiores, como PT, PMDB e PSDB, deram especial importância a isso, fazendo vários prefeitos. Omar, inclusive, bateu o próprio PMDB, do ex-governador Eduardo Braga, fazendo com que o

²⁶ <https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/levantamento-da-seinfra-aponta-que-ha-200-obras-paralisadas-no-amazonas>. Notícia de 19/10/2017.

pequeno PSD obtivesse 23 prefeituras.²⁷ José Melo, que havia sido o vice de Omar, conseguiu derrotar o senador Eduardo Braga e ainda obter a maioria (quatorze deputados aliados) da Assembleia Legislativa, consolidando as bases de seu mandato e se reelegendo, pois já era o governador em 2014, assegurando que um candidato dissidente não vencesse, mesmo que fosse um ex-governador.²⁸ Também conseguiu eleger quatorze prefeitos, mesmo sem uma base partidária expressiva, mostrando a força de se estar no controle da máquina (DINIZ, 1982). Quando iniciaram as acusações sobre José Melo, as quais causaram seu afastamento meses depois, ele recorreu às reuniões e aos convênios com prefeituras para obter apoio político.²⁹ Vale a pena destacar que apenas 17 prefeitos foram a um encontro articulado por ele, o que demonstrava que seu poder estava em declínio e os representantes do interior não o apoiariam, o que efetivamente ocorreu. Apesar disso, Melo investiu quase dois bilhões em obras pelo interior, mesmo sob ataques e investigações, mostrando a força do governo estadual perante as prefeituras e suas finanças combalidas.³⁰

O atual governador Wilson Lima (eleito pelo PSC e atualmente no União Brasil) – desde a redemocratização (1982), o primeiro, a ser eleito como oposição ao grupo dominante – também fez reuniões com os prefeitos, já em dezembro de 2018. A própria Associação de Municípios acertou o encontro. E ele já saiu dizendo que “em janeiro, começariam os encontros individuais”.³¹ E, realmente, assim que entrou, iniciou as reuniões para articular os repasses e as obras do governo em cada município.³²

Governadores com ampla sustentação, como Omar Aziz (2010-2014) ou Amazonino Mendes (2017-2018, em mandato tampão), sempre deram importância a tais encontros. Em um deles, em 2018, quando tentou se

²⁷ <http://g1.globo.com/am/amazonas/eleicoes/2012/noticia/2012/10/psd-vence-pmdb-e-conquista-23-prefeituras-nas-eleicoes-no-am.html>

²⁸ <http://g1.globo.com/am/amazonas/eleicoes/2014/noticia/2014/10/nova-base-aliada-do-governador-releito-no-am-e-maioria-na-aleam.html>

²⁹ <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/governador-e-prefeitos-se-reunem-para-discutir-medidas-no-interior-do-am.ghtml> Notícia de 23/03/2017.

³⁰ <http://www.idam.am.gov.br/governador-jose-melo-anuncia-r-16-bilhao-para-infraestrutura-do-amazonas/>

³¹ <https://amazonasatual.com.br/governador-eleito-e-presidente-da-aam-se-reunem-com-prefeitos-de-55-municipios/> Notícia de 20/12/2018

³² <http://www.amazonas.am.gov.br/2019/02/governador-wilson-lima-comeca-a-receber-prefeitos-dos-61-municipios-do-amazonas-para-discutir-problemas-do-interior-e-propor-solucoes/> Notícia de 11/02/2019

reeleger, Amazonino usou de tal reunião para anunciar, em encontro a portas fechadas, para 57 prefeitos, que iria liberar 400 milhões de reais para obras nas cidades. Considerando que vários desses municípios possuem orçamentos de menos de 30 milhões de reais por ano, sendo que mais de 90% oriundos de repasses, dá para se imaginar a importância de tais valores enviados pelo governo estadual.³³ A SEINFRA, órgão encarregado das obras principais, é o principal instrumento da máquina oficial a realizar pagamentos a prefeituras, por convênios ou contrapartidas de obras. Em um mês como dezembro de 2018, cidades como Humaitá (136 mil reais) ou Jutai (595 mil reais)³⁴ receberam somas consideráveis, o que permitiu que fechassem o ano sem problemas.

Eduardo Braga, hoje senador, governou o Amazonas entre 2003 e 2010, deixando seu vice Omar Aziz no governo. Ele também enfatizava muito essa relação com os prefeitos, a fim de fortalecer seu apoio eleitoral e na Assembleia. O vínculo direto com os prefeitos era essencial para manter a máquina atuante, incluindo a realização de seminários, coordenados por ele.³⁵ Hoje, como um Senador que, abertamente, almeja voltar ao Executivo estadual ³⁶ (o que tentou em 2014, em 2017 e em 2022), estimula livremente esse contato direto com os prefeitos, pois serão eles que impulsionarão sua possível candidatura dentro das comunidades ribeirinhas, conforme a lógica da política estadual.

Contudo, esse sistema não é simples nem desprovido de impasses. Alguns prefeitos usam de forma ilegal tais repasses. É comum que os órgãos de controle, tanto estaduais como federais, estejam investigando e punindo essas prefeituras. É comum os prefeitos usarem o artifício da “dispensa de licitação” para contratar as empresas que querem, a fim de realizar as obras no município.³⁷ Outro problema que ronda essas gestões municipais é o

³³ <https://amazonasatual.com.br/amazonino-reune-57-prefeitos-e-anuncia-investimentos-de-r-400-milhoes-no-interior/>, Notícia de 09/03/2018

³⁴

<http://www.transparenciafiscal.am.gov.br/transpprd/mnt/info/RelPagamentosOrgao.do?method=Pesquisar&anoexercicio=2018&mes=12&counidadegestora=025101>

³⁵<http://www.amazonas.am.gov.br/2009/01/governo-rene-prefeitos-eleitos-do-amazonas-em-seminrio-tnico-na-uea/>

³⁶ <https://www.fatoamazonico.com.br/senador-eduardo-braga-garante-assessoria-tecnica-a-prefeitos-do-interior-do-amazonas/>, Notícia de 08/02/2017

³⁷ <https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/prefeitos-do-interior-do-amazonas-fazem-festival-de-dispensa-de-licitacao>. Notícia de 22/02/2013

“nepotismo”. Os prefeitos possuem o domínio completo dos cargos na cidade. Não realizam concursos e apenas admitem temporários. É comum empregarem os cabos eleitorais e parentes, após serem eleitos. Contudo, acabam incorrendo frequentemente em processos e ações por parte do Ministério Público e da Justiça.³⁸ Manipulam concursos e concorrências, a fim de favorecer parentes e grupos econômicos, segundo as denúncias, a fim de aumentar seu poder sobre o município.³⁹ É o momento em que a oposição local se fortalece e geralmente há mudanças no poder municipal.

Porém, de forma geral, deixando de lado aqueles que operam na ilegalidade, pode-se ver que formar clientelas, trazer obras estaduais e controlar os repasses de verbas para o município acabam sendo as atividades políticas que mais importam aos prefeitos. E isso ocorre porque, apesar da fraqueza econômica dessas cidades, há algo valioso nesse “microcosmo” que é o “campo político” (BOURDIEU, 2011, p. 195) em que eles são especialistas: organizar o processo eleitoral.

O Amazonas é o maior estado da federação, com mais de um milhão e meio de quilômetros quadrados e uma densidade demográfica de 2,23 habitantes por km².⁴⁰ É impossível, em um processo eleitoral, que um candidato percorra todos os 62 municípios. Além disso, como já citamos, muitas dessas cidades possuem a maioria dos habitantes em comunidades espalhadas por calhas de rios, beiradões, várzeas, paranás (rios pequenos) e ramais (estradas pequenas) em trechos de floresta fechada. Cidades como Anamá (60%), Autazes (59%), Borba (59%), Japurá (55%), Manaquiri (70%), Nova Olinda do Norte (56%) e Santa Izabel do Rio Negro (63%), por exemplo, possuem a maior parte da população vivendo em comunidades ribeirinhas.⁴¹

O prefeito é, então, o responsável por organizar as campanhas nos municípios, mobilizando vereadores e cabos eleitorais nas sedes e nas mais

³⁸ <https://amazonasatual.com.br/mp-am-processa-prefeito-de-manacapuru-por-empregar-5-parentes-na-prefeitura/> Notícia de 01/06/2018

³⁹ <https://amazonasatual.com.br/vice-prefeito-e-suspeito-de-nepotismo-em-concurso-publico-no-amazonas/> Notícia de 02/04/2019

⁴⁰ <http://www.amazonas.am.gov.br/o-amazonas/dados/#:~:text=O%20Estado%20do%20Amazonas%20%C3%A9,%2C%20Espanha%2C%20Su%C3%A9cia%20e%20Gr%C3%A9cia.&text=A%20capital%20Manaus%2C%20um%20dos,%2C%20com%201.802.525%20habitantes>

⁴¹ <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=0&uf=13>

distantes comunidades. O processo eleitoral é o momento central desse vínculo entre prefeitos e governadores. Mobilizar esse eleitor distante, fazendo-o votar em quem o prefeito deseja, é uma etapa vital desse compromisso. O prefeito do interior tem em suas mãos dezenas de cabos eleitorais, cuja “função é organizar a massa” (BARREIRA, 1999, p. 39). Esse voto representa um “bem de troca”, tanto para os ribeirinhos quanto para os cabos eleitorais, que o “utilizam de forma utilitária” (p. 40).

A moeda mais usada nesses casos acaba sendo a distribuição de cargos públicos. Pela dificuldade de se arranjar profissionais e pela pouca vontade dos prefeitos de realizar concursos, grande parte dos empregos públicos municipais é por indicação. Os cabos eleitorais e os eleitores em geral esperam, votando em quem o prefeito indicar, arranjar empregos – o maior problema dessas cidades, cuja economia é muito fraca, como vimos observando. Em um cenário que lembra muito a própria República Velha, embora sem as comissões de degola ou os cabrestos de outrora, “colocar parentes, amigos e correligionários em posições de poder e prestígio e distribuir cargos públicos entre colaboradores políticos” (SOARES, 2001, p. 14) é prática comum nesses municípios isolados e empobrecidos. É comum nessas cidades que o Ministério Público e o Judiciário entrem em conflito com os prefeitos, justamente por causa da ausência de concursos e pelas contratações precárias de servidores.⁴²

Atualmente, os marcos legais e os órgãos de controle reduziram a violência física desse mandonismo, sendo inadequado falar em um “eleitorado de cabresto” (JANOTTI, 1992, p. 37). Porém, outros meios, como a fidelidade, o compadrio, a dependência econômica e o medo de perder o emprego público – muitas vezes, o único na cidade – são determinantes para a adesão do eleitor a certa candidatura. Como ocorria há algumas décadas, a “instabilidade dos empregos públicos estimulava essa participação [...] a derrota política do oligarca implicava a perda dos cargos e empregos” (SOARES, 2001, p. 15).

⁴² <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/02/14/mp-instaura-procedimento-administrativo-para-fiscalizar-realizacao-de-concurso-publico-em-silves-no-am.ghtml> . Notícia de 14/02/2022

Importa ao prefeito, assim, formar clientelas, criar grupos e organizar dependentes que o obedeçam e façam campanha para o governador. Ressalte-se que as eleições são desencontradas, ou seja, a eleição para o governo é dois anos depois da municipal, e assim por diante. O governador já sabe quem são os prefeitos na época das campanhas, e vice-versa. São relações tipicamente clientelistas e assimétricas, em que há a troca de “bens clientelísticos” por decisões, empregos, privilégios ou facilidades, e onde o “eleitor/consumidor, sem grandes alternativas frente aos poucos políticos/*patroni* existentes, se submete ao preço cobrado” (BAHIA, 2003, p. 314).

Todavia, há mediações e procedimentos que fazem com que no interior amazonense não ocorra apenas um simples caso de clientelismo. José Murilo de Carvalho (1999, p. 133) afirma que “os autores que veem o coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do país estão falando simplesmente do clientelismo”. Chega a dizer que o “clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo” (p. 134). Contudo, nosso ponto é que o sistema político do Amazonas, respeitando-se o recorte temporal efetuado, está realmente próximo ao coronelismo. Antes das mudanças de final dos anos 90, que já mencionamos, o mandonismo, a violência e o poder econômico eram mais visíveis. Todavia, atualmente, as relações se modificaram e outras formas mais sutis e sistêmicas de poder e dominação prevaleceram, com as relações coronelistas sistêmicas se impondo e incorporando, inclusive, o clientelismo, dando-lhe nova feição.

Por isso, nosso argumento é que o clientelismo existe nesse campo, assim como o mandonismo, mas inseridos em um sistema maior de reciprocidades, cujo eixo estaria mais bem situado no conceito de coronelismo. No Amazonas, a dependência dos prefeitos em verbas das obras estaduais e, em menor grau, federais, e o controle que o governador exerce sobre a bancada, as emendas, os cargos e os repasses fazem com que os municípios dependam, na quase totalidade, do que venha da capital. Retomando as ideias centrais de Vitor Nunes, afirmamos que há um “sistema de compromisso”, cujo centro é a “interdependência” entre o poder público e os chefes locais (BOTELHO, 2019, p. 46).

Um prefeito contrariar o governador e se opor frontalmente a ele significa falta de recursos, de cargos, de repasses, maior fiscalização nos negócios municipais e a ausência completa de obras. Assim como na Primeira República era vital que os governos estaduais se alinhassem com o federal, pois “contrariar frontalmente o governo federal poderia significar o caos nas finanças estaduais” (SOARES, 2001, p. 13), no Amazonas é importante que os prefeitos não deixem de apoiar o governador, especialmente nas eleições. Ratificando tais postulados, na própria Assembleia Estadual foi falado que só quem apoia o governador é que recebe os repasses oficiais.⁴³ Em 2016, no auge da crise econômica, os governos federal e estadual não efetuaram os repasses devidos e a maioria dos prefeitos do interior não se reelegeu. Sem a verba dos repasses, o impacto político e econômico no interior é quase imediato. Nesse ano de crise, somente contando com o Bolsa Família e o Seguro Defeso, foram 280 milhões que deixaram de ser repassados.⁴⁴ A própria reeleição dos chefes locais depende diretamente dessa verba que lhes é repassada.

Não é o caso de se negar que haja mandonismo nesses locais e ocasiões. A concentração de poder político e econômico nas mãos desses “mandões locais” (SCHWARCZ, 2019, p. 61) é grande e é um problema para o “aperfeiçoamento democrático” (p. 62). Entretanto, não fazem o que querem e da maneira que desejam. Não são pequenos senhores feudais dentro de suas cidades. A dependência do governo estadual é enorme, especialmente financeira. O governador comanda os rumos dessas cidades, pois é quem possui verbas e cargos para distribuir aos seus aliados. O prefeito comparece mobilizando as massas de eleitores, inalcançáveis fisicamente em uma eleição normal. Este é o cerne do “compromisso coronelista” (LEAL, 1975, p. 253): o controle das “máquinas eleitorais” por esse “poder privado decadente” em troca do “apoio do oficialismo para garantir o predomínio estável de uma corrente política local” (p. 255).

⁴³ <http://al.am.leg.br/governador-so-faz-repasses-para-municipios-que-apoiam-a-reeleicao-dele-diz-ricardo-nicolau/> Notícia de 06/04/2022.

⁴⁴ <https://amazonasatual.com.br/eleicoes-2016-eleitor-derruba-mais-de-60-dos-grupos-politicos-no-poder-no-interior-do-amazonas/> Notícia de 06/10/2016.

Destaquemos que nem na época da borracha o Amazonas e seus “coronéis de barranco” estavam totalmente isolados do mundo. Eles eram donos dos seringais e verdadeiros comandantes de suas comunidades. Porém, dependiam dos governadores e das ordens das grandes empresas importadoras de borracha, na maioria inglesas. Não eram senhores absolutos de suas cidades ou fazendas de seringa. Dependiam de recursos, gêneros alimentícios e de ordens que vinham do exterior, na maior parte das vezes, “pelo importador sediado, principalmente, na Europa” (FONSECA, 2011, p. 281).

Isso tudo destaca o caráter complexo e relacional da política estadual, especialmente da relação prefeitos x governador, que se aproxima muito do modelo proposto por Vitor Nunes em sua visão sobre o coronelismo. A dependência dos repasses estaduais é vital. Sem eles, a saúde e a educação, áreas vitais para a avaliação dos prefeitos, ficam comprometidas. Quando um governo atualiza os repasses, impulsionando a economia local e a efetivação dos serviços públicos é que os prefeitos conseguem respirar e cumprir suas obrigações. Em 2018, temos um bom exemplo, quando o governo repassou mais de 41 milhões aos municípios para a saúde, o que fez com que os secretários se sentissem agradecidos, pois esse valor significaria que os serviços desse setor poderiam ser realizados.⁴⁵ Assim é que o “sistema de reciprocidades” se consolida. Como Faoro (2001, p. 757) explica, a incapacidade econômica dos municípios, “despidos de considerável arrecadação financeira e com [...] obras e serviços públicos municipais mesquinhos e sem vulto” faz com que dependam, para sobreviver, da redistribuição politicamente seletiva do governo estadual de verbas. Ele mesmo acentua a “assimetria política do sistema” (p. 770), ressaltando como o chefe municipal depende dos favores do governo estadual, especialmente financeiros. Isso explicaria a necessidade de os prefeitos se vincularem ao governador, chegando ao caso extremo de ameaçar os seguidores, caso não recepcionassem o candidato à reeleição.⁴⁶

⁴⁵ <http://www.amazonas.am.gov.br/2018/06/volta-de-repasses-ajudam-prefeituras-a-reorganizar-saude-no-interior>. Notícia de 18/06/2018.

⁴⁶ <https://radaramazonico.com.br/quem-nao-estiver-la-nao-trabalha-mais-comigo-ameaca-prefeito-de-borba-convocando-servidores-publicos-para-recepcionar-wilson-lima-ouca-audio/> Notícia de 06/06/2022.

É um sistema dinâmico, pois diferentes facções se constituem nas cidades do interior. Há oposições dentro das cidades, que tudo fazem para chegar ao poder nas eleições. Não é um campo “engessado”. Há, em termos poliárquicos, uma “contestação pública” (DAHL, 2015, p. 36), apesar de todas as dificuldades clientelísticas e patrimonialistas. Contudo, a regra de ouro é sempre a mesma: não se opor frontalmente ao governador. Obras, repasses e cargos estratégicos estão nas mãos do governador. Ele faz uso desses “bens clientelísticos”, conforme as demandas políticas ocasionais surgem. Assim como o prefeito constrói clientelas dentro do município, o governador também faz o mesmo com esses agentes. Se, por um lado, o prefeito possui o acesso às comunidades ribeirinhas quase inacessíveis, por outro, o governador retribui com verbas e facilitações. O prefeito que apoia o governador e lhe entrega muitos votos em sua cidade, é um político com “acessos” (KUSHNIR, 2000, p. 144), ou seja, é alguém que exerce “bem” o papel de mediador entre sua cidade, empobrecida e isolada, e o governo estadual, enriquecido pela Zona Franca de Manaus (faturamento de 104 bilhões de reais em 2019)⁴⁷ e pela arrecadação da capital. Da mesma forma que vereadores, cabos eleitorais, deputados e líderes comunitários atuam como mediadores entre as comunidades e os prefeitos e governadores, essa “pirâmide” (FAORO, 2001, p. 758) age de maneira similar para cima: prefeitos acabam “construindo e reforçando os acessos do político, conferindo legitimidade a seu papel de mediador” (KUSHNIR, 2000, p. 145). Ressaltamos que, no Amazonas, entre 1982 e 2018, apenas seis governadores foram eleitos (revezando-se e reelegendo-se – Gilberto Mestrinho, Amazonino Mendes, Eduardo Braga, Omar Aziz, José Melo e Wilson Lima).⁴⁸ A permanência desse mesmo grupo, com a exceção de 2018, por quase quarenta anos dependeu muito da estabilização desse sistema e da consequente construção de uma verdadeira “máquina política”, com complexos “mecanismos internos de integração” e cujo poder está firmado na “manipulação dos recursos que permitem gratificar e disciplinar os quadros da organização” (DINIZ, 1982, p. 41).

⁴⁷ <https://www.acritica.com/channels/manaus/news/faturamento-do-polo-industrial-de-manaus-chega-a-r-104-bilhoes-em-2019>

⁴⁸ https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_do_Amazonas

Considerações finais

Em primeiro lugar, discutimos a ideia de que o “coronelismo tem uma identidade específica, constitui um sistema político e é um fenômeno datado. Inaugurado com a república, sobrevive até a Revolução de 1930” (RESENDE, 2003, p. 96). Essa tese possui alguns defensores (CARVALHO, 1999; PINTO, 2017). Contudo, seguindo a trilha da obra weberiana (WEBER, 1982), tentamos realizar uma sociologia histórica de base conceitual. Usamos o conceito de coronelismo de maneira mais solta e diacrônica, evitando prendê-lo a um período determinado. Argumentamos que o conceito de coronelismo é legítimo para se compreender o “campo político” amazonense do século XXI, mais especificamente pós-1998. A ideia de um sistema de compromissos, que envolve a distribuição dinâmica de atribuições pelos mais diversos agentes, é útil e permite que se entendam vários dos movimentos de seus atores.

Também destacamos, usando o cenário da Primeira República, que esse “coronelismo amazonense” faz parte da rotinização de uma máquina política (DINIZ, 1982). O mesmo grupo político venceu todas as eleições para o governo entre 1982 e 2017 (houve eleições extraordinárias). Alguns membros viraram oposição, outros saíram do grupo dominante, mas o essencial é que sempre o candidato situacionista se elegeu ou reelegeu, sem exceções, (FARIAS, 2010) até 2018. Todavia, mesmo o atual governador, que quebrou essa hegemonia, já age como os outros, reunindo-se com prefeitos, anunciando obras, direcionando repasses e articulando bases nos municípios mais distantes em troca de apoio.⁴⁹

Essa “máquina política” construiu uma verdadeira oligarquia nessas quatro décadas, cuja base estaria nessa troca assimétrica de compromissos entre os prefeitos e vereadores do interior e o governador. Esse “pacto” define as regras da negociação entre os prefeitos e os governantes, todos membros de um zeloso governismo estadual, sendo que o “controle dos eleitores” é a moeda vigente de troca (MATTOS, 2012, p. 106). Nesse contexto de compromissos recíprocos, o prestígio do prefeito se mensura por sua

capacidade de apoiar o governador e o governo federal para receber recursos, tanto do executivo estadual como da União, o que consolida seu “papel de mediador” (DINIZ, 1982, p. 127), decisivo para se manter no poder municipal. Há a expectativa, tanto de eleitores como dos atores políticos, de que o prefeito seja alguém com acessos e influência, a fim de “assegurar benefícios para as localidades que representam” (BEZERRA, 2004, p. 184).

Nos termos de Vítor Nunes Leal (1975, p. 253), essas “máquinas eleitorais [...] repousavam justamente no compromisso coronelista”. O “acesso” do prefeito aos cofres estaduais e a cargos estratégicos poderia ser caracterizado como um tipo de “clientelismo urbano”, mas preferimos seguir a própria análise de Karina Kushnir (2000, p.141), relativizando tais rótulos e buscando entender a postura dos prefeitos que empenham seu apoio ao governador de forma tão rápida e ostensiva como uma forma de sobrevivência deles próprios, de seus grupos, de sua família e da cidade, em um cenário de extrema pobreza e isolamento. Em vez de colocar tais conceitos (coronelismo, clientelismo, patrimonialismo etc.) no diapasão do binômio moderno/atrasado, nossa intenção foi analisar como se constrói o campo político estadual amazonense, suas estruturas, dinâmicas e tessituras. Tentamos realizar uma análise sem normativismos, a partir de uma “perspectiva infensa aos preconceitos associados à prática clientelista e ao idealismo” (D’AVILA FILHO, 2003, p. 154). A intenção foi compreender alguns elementos da política do Amazonas e indicar outros pontos que poderiam servir como pistas para próximos estudos.

Nessa linha, para concluir, é válido recuperarmos a noção do “ultra-presidencialismo estadual” (ABRUCIO, 1994, p. 173), desenvolvida nos anos noventa. Ela é boa para se entender a força do governador em certos estados e como ele acaba sendo o gestor dos rumos políticos de sua região. Seja por sua capacidade de controlar a arrecadação e distribuição de impostos, pelo controle dos cargos e empregos, pela possibilidade de “neutralizar” os órgãos de fiscalização e por seu domínio sobre as bases eleitorais de deputados e vereadores, os governadores gozariam de uma “hipertrofia do executivo

⁴⁹ <https://www.portalmarcossantos.com.br/2020/10/22/eleicao-para-governo-2022-e-acirrada-no-interior-entre-wilson-lima-e-eduardo-braga/>

estadual” (p. 174). Essa é uma tese interessante para se usar como pista investigativa, aliada à realidade amazonense, com suas desigualdades econômicas e sociais, em grande parte geradas pelo modelo concentrador da Zona Franca de Manaus – entre outros “grandes projetos” gerados na matriz autoritária dos anos sessenta – com seu “crescimento desordenado” (SOUZA, 2019, p. 378), para o entendimento desse predomínio dos governadores sobre prefeitos, vereadores e deputados.

Por fim, é relevante reiterar que essa prática que procuramos associar ao coronelismo construiu uma máquina política e eleitoral que controla o campo político estadual há décadas. É preciso, porém, ressaltar que, fruto do isolamento, da história da colonização da região e da pobreza, esse domínio que chamamos de “coronelista” também retroalimenta essa dominação, sendo peça importante na manutenção de tais estruturas socioeconômicas. As formas de domínio, contudo, vieram mudando com o tempo. A compra de votos ou a distribuição de objetos, comuns nos anos oitenta, acabaram (ou reduziram-se), pois há marcos legais e fiscalizatórios eficazes. Porém, a própria dinâmica do campo acentuou certos elementos e obscureceu outros, dando esse aspecto que, por ora, vimos buscando decifrar.

Referências

ABRUCIO, Fernando. Os barões da federação. **Lua Nova**, n. 33, p. 165-183, 1994.

AMAZONAS. **Anuário Estatístico do Estado do Amazonas/2018**. Disponível em <http://www.seducti.am.gov.br/indicadores-mapa/>. Acesso em 18 de setembro de 2020.

ARAÚJO, André Vidal de. **Introdução à Sociologia da Amazônia**. Manaus: Valer, 2003.

BAHIA, Luiz Henrique. **O poder do clientelismo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BARREIRA, César. Velhas e novas práticas do mandonismo local. **Revista de Ciências Sociais**, v. 30, n. 1/2, p 37-43, 1999.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. Manaus: Valer, 1999.

BEZERRA, Marcos. O caminho das pedras: representação política e acesso ao governo federal segundo o ponto de vista de políticos municipais. *In:*

PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (orgs.). **Política no Brasil**: visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BOTELHO, André. **O retorno da sociedade**. Petrópolis: Vozes, 2019.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 193-216, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. Coronelismo (Verbetes). *In:* FGV-CPDOC. **Dicionários Histórico-Biográficos** (online). FGV-CPDOC, 2013. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORONELISMO.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2020.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *In:* **Pontos e Bordados**. Escritos de história e política. Belo Horizonte: EDUFMG, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. Em louvor de Vitor Nunes Leal. **Revista Dados**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 5-9, 1980.

CORBELLINI, Juliano; MOURA, Maurício. **A eleição disruptiva**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: EDUSP, 2015.

D'AVILA FILHO, Paulo. O clientelismo como gramática política universal. **Revista Physis**, n. 13, p. 149-160, 2003.

DINIZ, Eli. **Voto e máquina política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Globo, 2001.

FARIAS, Orlando. **A dança dos botos e outros mamíferos do poder**. Manaus: Valer, 2010.

FONSECA, Ozório. **Amazonidades**. Manaus: Editora Silva, 2004.

FONSECA, Ozório. **Pensando a Amazônia**. Manaus: Valer, 2011.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: EDUNESP, 1997.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **O coronelismo**: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1992.

KUSHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LEAL, Vítor Nunes. O coronelismo e o coronelismo de cada um. **Revista Dados**, v. 23, n. 1, p. 11-14, 1980.

LEAL, Vítor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa - Ômega, 1975.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**. São Paulo: Vértice, 1988.

LIMA, Cláudio. **Coronel de barranco**. Manaus: Valer, 2019.

MATTOS, Hebe. A vida política (Além do Voto: Cidadania e Participação Política na Primeira República Brasileira). In: SCHWARCZ, Lilia. (org.). **História do Brasil Nação: 1808-2010**, Vol. 3, A Abertura para o Mundo 1889-1930. 1ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, v. 3, p. 85-132.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: CosacNaify, 2003.

MENDES, Francielle; QUEIRÓS, Francisco. O coronelismo “bem engomado” da Amazônia. **Revista A Palavrada**. n. 2, p. 79-92, 2012.

PINTO, Liliane. Coronelismo: uma análise historiográfica. **Locus: Revista de História**, v. 23, n. 2, p. 361-382, 2017.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa – Ômega, 1976.

REIS, Fábio Wanderley. Participación, movilización e influencia política: neocoronelismo en Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencia Política**, México, v. 2, n. 1. 1971.

RESENDE, Maria Efigênia. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. V. 1, p. 89-120.

SCHWARCZ, Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Cia. Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloísa. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Cia. Letras, 2015.

SILVA, Katiane. Para o Pará e o Amazonas: látex. In: BELTRÃO, Jane;

LACERDA, Paula. (orgs.) **Amazônias em tempos contemporâneos: entre diversidades e adversidades**. Belém: Mórula Editorial, 2017.

SOARES, Gláucio. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2019.

TELAROLLI, Rodolpho. **Poder local na república velha**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

TREVISAN, Leonardo. **A república velha**. São Paulo: Global, 2001.

VISCARDI, Claudia. O federalismo como experiência: Campos Sales e as tentativas de estabilização da República. **Revista Dados**, v. 59, n. 4, p. 1169-1206, 2016.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. *In*: COHN, Gabriel. (org.) **Weber**. Sociologia. São Paulo: Brasiliense, 1982.